

# Amazonino nega contato com os deputados do Acre

JORNAL DE BRASÍLIA

24 JUN 1997

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL), recusou-se a abrir seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, durante depoimento no processo que apura a venda de votos de três deputados do Acre em favor da reeleição, que corre na Comissão de Constituição e Justiça. Sob protestos, os deputados Matheus Schmidt (PDT-RS), José Genoino (PT-SP) e Sérgio Miranda (PC do B-MG) retiraram-se. Eles alegaram que a CCJ não tem competência para apurar nada, pois não pode quebrar o sigilo de ninguém.

Em seu depoimento, Amazonino negou tudo, até mesmo ter feito contato com os cinco acreanos acusados da venda de votos. "Conheço todos eles, superficialmente", afirmou o governador ao se referir a João Maia e a Ronivon Santiago - que não respondem a

processo na Câmara, porque renunciaram - e a Chicão Brígido (PMDB), Osmir Lima (PFL) e Zila Bezerra (PFL). "Coube ao governador Orleir Cameli conversar com eles sobre a reeleição", afirmou Amazonino Mendes. Cameli prestará depoimento amanhã, às 15h.

Foi a primeira vez em sua história que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) fez reunião em uma segunda-feira, à noite. Foi também a primeira vez em que um governador de Estado compareceu à CCJ para depor em um processo que, se fosse criminal, estaria enquadrado na condição de réu. É que Amazonino foi citado pelos ex-deputados João Maia e Ronivon Santiago como um dos corruptores da compra dos votos. Os dois - tidos como réus-confessos pela CCJ - renunciaram para fugir da cassação certa e, assim,

evitar ter os direitos políticos suspensos.

Amazonino chegou à CCJ acompanhado do líder do Governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA); do líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), e de vários deputados de seu Estado, como Euler Ribeiro (PFL), Átila Lins (PFL) e Pauderney Avelino (PFL), além do presidente do PFL, José Jorge (PE), caracterizando o apoio irrestrito do PFL ao governador suspeito de ter negociado compra de votos a favor da reeleição.

Ao longo do depoimento, o deputado Jarbas Lima (PPB-RS) argumentou que já que a CCJ não conseguiu avançar nas investigações, os três deputados ameaçados de cassação deveriam ser absolvidos e os dois que renunciaram "reabilitados" pelo Congresso.